

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Divulgação



Fred Pacheco defende pautas sociais de inclusão

Alerj aprova documento de identidade para mães atípicas

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, nesta quinta-feira (16), o projeto que cria o Documento de Identificação da Mãe Atípica. A proposta, do deputado Fred Pacheco (PL), visa oficializar a condição de mulheres que são cuidadoras permanentes de filhos com deficiência, doenças raras ou transtornos do neurodesenvolvimento. Com validade de cinco anos, a identificação será emitida pelo Detran-RJ mediante apresentação de laudo médico e documentos pessoais. O objetivo é garantir que essas mães, frequentemente sobrecarregadas e invisíveis nas políticas públicas, tenham acesso facilitado a serviços estaduais, apoio psicológico e programas de capacitação profissional.

Prioridade no atendimento e serviços

A nova carteira assegura prioridade em áreas vitais como saúde, educação e assistência social. Para o autor da proposta, a medida é um passo essencial para a justiça social, reconhecendo o sacrifício pessoal e a função indispensável dessas cuidadoras na estrutura da sociedade fluminense. O texto agora segue para o governador, que tem até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a lei, garantindo visibilidade e direitos específicos a milhares de famílias no Rio.

Divulgação



Benefício aumenta teto para 88 viagens mensais

Alerj amplia Passe-Livre para alunos

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, nesta quarta-feira (15/04), o projeto de lei 7.440/26 que expande o benefício do Passe-Livre Intermunicipal. A proposta, assinada pelos deputados Guilherme Delaroli (PL) e Flávio Serafini (PSOL), aumenta o limite de passagens mensais de 60 para 88 viagens durante o período letivo. A mudança beneficia estudantes da rede pública estadual que residem longe de suas escolas e dependem de mais de um modal de transporte para chegar à sala de aula. O texto segue agora para o governador, que tem 15 dias úteis para sanção ou veto.

Regras para o transporte escolar

O benefício, conhecido como "vale educação", é destinado exclusivamente ao trajeto entre a residência do aluno e a instituição de ensino. Para garantir as passagens, o estudante deve apresentar comprovante de residência atualizado em sua unidade escolar. A medida altera a legislação de 2005 e visa combater a evasão escolar, assegurando que o deslocamento não seja um entrave ao direito de estudar.

Frio em Itatiaia

O Rio registrou a menor temperatura do país pelo terceiro dia seguido. No Parque Nacional do Itatiaia, os termômetros bateram $-4,7^{\circ}\text{C}$ nesta quinta-feira, marca atípica para abril. Na Serra, cidades como Nova Friburgo marcam $10,8^{\circ}\text{C}$. O frio intenso deve persistir nas madrugadas dos próximos dias.

Novo CEPT

Maricá iniciou as obras do CEPT Eduardo Galeano, em Inoã. A terceira unidade do modelo terá mais de 50 salas, laboratórios, cinema e piscina olímpica. O espaço funcionará em tempo integral e abrirá à comunidade nos fins de semana. O campus atenderá do berçário ao fundamental, com aulas previstas para 2027.

Combate à dengue

Itaboraí intensifica o combate à dengue com tecnologia e monitoramento. Com apenas 20 casos confirmados em 2026, a cidade utiliza drones e armadilhas para localizar focos do mosquito. O próximo levantamento de índice rápido (LIRAA) ocorre em 4 de maio, reforçando a prevenção em áreas de difícil acesso.

Povos Indígenas

Maricá celebra o Dia Municipal dos Povos Indígenas na quarta-feira (22). O evento "Maricá Indígena" ocorrerá nas aldeias Mata Verde Bonita e Céu Azul, a partir das 10h, com desfiles de moda, feiras de artesanato e música. A iniciativa visa valorizar as tradições e fortalecer o diálogo com as comunidades originárias locais.

Lazer na Baixada

O Sesc RJ celebra o Dia Mundial do Lazer com atividades gratuitas em Nova Iguaçu e São João de Meriti até 19 de abril. A agenda inclui jogos, infláveis, hidroginástica e oficinas sustentáveis. O evento também promove a doação de absorventes para mulheres vulneráveis durante o jogo do Sesc RJ Flamengo no dia 17.

Jazz e Blues no RJ

O Circuito Sesc Jazz & Blues 2026 percorre oito cidades do Rio com shows gratuitos até 21 de junho. O evento incluiu Petrópolis e a capital na rota, que já passou por Búzios e Paraty. A iniciativa fortalece o turismo e a economia criativa, consolidando-se como uma das maiores redes de música instrumental do país.



O encontro aconteceu em Cabo Frio

Prefeitos unidos na defesa dos royalties

Municípios calculam prejuízo de até R\$13 bilhões na redistribuição

Da Redação

Prefeitos de diversos municípios produtores de petróleo no Estado do Rio de Janeiro se reuniram nesta quinta-feira (16), na cidade de Cabo Frio, para consolidar uma frente unificada em defesa da manutenção das regras atuais de distribuição dos royalties. O encontro ocorre em um momento de extrema tensão política e jurídica, às vésperas de um julgamento decisivo no Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para o dia 6 de maio, que poderá alterar profundamente a partilha desses recursos em todo o território nacional.

A mobilização contou com a presença do prefeito da capital, Eduardo Cavaliere (PSD), além de gestores de cidades da Região dos Lagos e do Norte Fluminense. O anfitrião foi o prefeito de Cabo Frio, Dr. Serginho (PL).

A preocupação central é o impacto financeiro de uma eventual redistribuição dos royalties, prevista na Lei 12.734/2012, que amplia a participação de estados não produtores. Municípios fluminenses avaliam que a mudança pode afetar diretamente investimentos locais.

A eficácia de tal lei está suspensa por liminar há anos, mas a legislação prevê uma redistribuição agressiva dos recursos em favor de estados e municípios não produtores. Caso o STF valide a mudança, o modelo de compensação financeira pela exploração de recursos

naturais — garantido constitucionalmente para mitigar os impactos ambientais e sociais das cidades que abrigam a infraestrutura petrolífera — será desfigurado.

Segundo estimativa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Fecomércio RJ, o impacto para o Rio de Janeiro seria catastrófico. O estado, que é responsável por cerca de 90% da produção nacional de petróleo, pode sofrer uma perda anual de aproximadamente R\$8 bilhões. Para os municípios produtores, o cenário é ainda mais alarmante: as prefeituras fluminenses podem deixar de arrecadar cerca de R\$13 bilhões anuais, o que comprometeria serviços essenciais como saúde, educação e saneamento básico.

Em publicação nas redes sociais, Eduardo Cavaliere destacou o peso da arrecadação para o estado. "O petróleo é nosso — e os royalties também! Prefeitos do Estado do Rio reunidos para defender a Constituição, suas cidades e a população fluminense, que depende dos investimentos provenientes da compensação pela exploração de petróleo, responsável por 90% da produção nacional", escreveu.

O julgamento no STF, marcado para o dia 6 de maio, deve definir o futuro da divisão dos royalties do petróleo no país e é acompanhado de perto por governos estaduais, prefeituras e representantes da indústria.